

CONCURSO PÚBLICO



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL

CADERNO DE PROVAS

CADERNO 1	CARGO: <ul style="list-style-type: none">• ADVOGADO
PROVAS:	<ul style="list-style-type: none">• LÍNGUA PORTUGUESA• CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA• CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este caderno de provas contém um total de 60 (sessenta) questões objetivas, sendo 15 de Língua Portuguesa, 5 de Conhecimentos de Informática e 40 de Conhecimentos Específicos, e 2 (duas) questões discursivas Confira-o.
2. Esta prova terá, no máximo, **4** (quatro) horas de duração, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas no gabarito oficial.
3. Não perca tempo em questões, cujas respostas lhe pareçam difíceis, volte a elas se lhe sobrar tempo.
4. Respondidas as questões, você deverá passar o gabarito para a sua folha de respostas e transcrever as respostas das questões discursivas, usando caneta esferográfica azul ou preta.
5. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
6. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com as folhas de respostas, devidamente preenchidos e assinados.
7. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após 1 (uma) hora contada a partir do efetivo início das mesmas.
8. Você pode transcrever suas respostas na última folha deste caderno e a mesma poderá ser destacada.
9. O gabarito oficial da prova objetiva será divulgado no endereço eletrônico www.fumarc.org.br, dois dias depois da realização da prova.
10. A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.



Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome
<input type="text"/>	<input type="text"/>

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

O texto, a seguir, é um artigo publicado no Blog do professor da Unicamp, Sírio Possenti. Leia-o com atenção para responder às questões 1 a 5.

Texto 1

ONDE VAMOS PARAR?

Sírio Possenti

No dia 13 de julho, Roberto Dias escreveu texto de denúncia na página 2 da Folha de S. Paulo, da qual é secretário-assistente de redação.

Sua tese é formulada já no primeiro parágrafo: “Quem sintoniza o rádio hoje no Brasil pode achar que os plurais foram abolidos na língua portuguesa”. Cita diversos títulos e passagens de músicas de sucesso (ou de músicas de cantores de sucesso) para sustentar sua teoria: “É nós fazer parapapá” (Michel Teló), “As mina pira (Gusttavo Lima), “Traz bebida pras gatona, deixa elas malucona” (Neguinho do Kaxeta) etc.

Acha que Camões “sambaria miudinho para entender a vivíssima língua que o tem como referência”. Faça breves comentários sobre a questão e os dados mencionados.

O primeiro é que não há desaparecimento de plurais, mas que se trata apenas de uma forma diferente de marcá-lo. Ninguém pensa que o sujeito de “As mina pira” é singular. E todos entendem que ‘mais de uma mina’ pira.

A peculiaridade da forma consiste no fato de que o plural é marcado apenas uma vez (na primeira posição), em vez de três (em todas, como manda a gramática da norma culta). Pode-se gostar ou não disso (gosto é outro departamento), mas é fácil verificar que se trata de uma forma sistemática, como o mostram “as mina / as gatona / duas cerveja” etc.

Sobre o título “O que cê vai fazer”, que não tem nada a ver com plurais, diz o articulista que Sorocaba oficializou o fim de “você”. Ora, sabemos que o pronome tem uma história longa (de “Vossa Mercê” a “você”, passando por “Vosmecê” etc., segundo os registros mais formais). E todos sabem que “ocê” e “cê” são muito frequentes. Alguns de nós até sabemos que a fala de “nossa mãe” a “nosso pai” em “Terceira margem do rio”, de Guimarães Rosa, é “cê vai, ocê fique, você nunca mais volte!”. Nem por isso se pode dizer que o escritor oficializou a forma “cê” antes de Sorocaba.

Os dados que Roberto Dias cita merecem análise. Na verdade, muitos do mesmo tipo estão sendo descritos mais ou menos sistematicamente nos estudos recentes e cada vez mais numerosos do português falado no Brasil. Desde o título da coluna, aliás, “a gente cantamos”, um bom exemplo de silepse, que os leitores de gramáticas conhecem e que os leitores de literatura antiga conhecem ainda melhor...

Mas o que conta mesmo é outra questão, que é a circulação pública sempre maior de aspectos da fala popular. Diversos aspectos que agora chamam a atenção sempre estiveram lá. Já apareciam em diversas letras de música caipira. É só ouvir Tonico e Tinoco, por exemplo.

O que há de novo é que cantores sertanejos (ou que exploram a onda sertaneja, universitária ou não) se tornaram sucesso urbano. Suas músicas deixaram de ser exclusivas do povão, e compõem hoje o repertório da “nova” classe média. Estão na televisão e em outros meios de grande divulgação. Basta ver, aliás, quem faz sucesso nos programas dominicais e quais foram as músicas “do ano” premiadas pelo Faustão. Coisas do tipo “Sabiá” não fazem mais sucesso. Agora é tudo “Kamaro amarelo”.

O que menos lamento são os traços populares. Ruim é sua irrelevância estética: por que se acha que “delícia, assim você me mata! / ai, se eu te pego” é letra boa, embora não tenha traços caipiras? “Cuitelinho” é uma letra / música de extração caipira / folclórica. E é uma maravilha!

A intelligentsia brasileira até pode gostar de festas de S. João e de outras manifestações culturais populares. Mas acho que nunca vai chegar a considerar que dialetos populares sejam mais que conjuntos de erros.

PS – achei estranho o título “é nós fazer parapapá” e me submeti ao tormento de ouvir um trecho no Youtube. O título faz sentido, descobri: a sequência é “a solução é nós fazer parapapá”. “Parapapá” deve ser aquilo. E “fazer” é proferido com o “r” final, acreditem. Culto pra burro!

PS 2 – Humboldt não tem nada a ver com isso. Duvido que Roberto Dias o tenha lido. Ele deve achar que ele diria que se pode pensar em português padrão, mas não em português popular. Longe disso!! Abusando de uma analogia: supondo que Humboldt pensasse como Dias, e se ele acreditasse que se pode pensar (bem) em alemão, teria que dizer que não se pode fazer isso (bem) nem em português padrão... É melhor não citar frases soltas.

<http://terramagazine.terra.com.br/blogdosirio/blog/2013/07/18/onde-vamos-parar/>

QUESTÃO 01

Todas as alternativas apresentam uma análise adequada do texto, **EXCETO**:

- (A) O autor critica o fato de redatores não aceitarem a variedade da Língua Portuguesa, por acreditarem no mito da língua certa.
- (B) Os cantores sertanejos são os grandes responsáveis pela deterioração da Língua Portuguesa, pois fixam itens equivocados.
- (C) O autor revela acreditar num dos princípios mais caros que justificam a variedade linguística pelo falante nativo, isto é, a economia linguística.
- (D) O plural na Língua Portuguesa pode ser marcado de formas diferentes, dependendo do nível de formalidade em que a língua é utilizada.

QUESTÃO 02

Em defesa de seu ponto de vista, o autor recorre a várias estratégias argumentativas, **excetuando-se** apenas

- (A) a descrição de exemplos.
- (B) o uso de comparações.
- (C) a exposição de dados estatísticos.
- (D) a recorrência a discursos de autoridade.

QUESTÃO 03

O texto em exame faz parte do gênero artigo de opinião. Sobre o artigo de opinião, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Evidencia a emergência de discursos diretos e indiretos.
- (B) Quando publicado em um Blog, deve trazer um registro linguístico formal.
- (C) Configura-se como um texto politicamente correto.
- (D) Organiza-se de forma que o ponto de vista do autor é claramente expresso.

QUESTÃO 04

Na frase “A intelligentsia brasileira até pode gostar de festas de S. João e de outras manifestações culturais populares.”, a palavra sublinhada pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido, por:

- (A) Inteligência.
- (B) Cultura.
- (C) Tradição.
- (D) Vanguarda intelectual.

QUESTÃO 05

Considere o trecho a seguir:

Sua tese é formulada já no primeiro parágrafo: “Quem sintoniza o rádio hoje no Brasil pode achar que os plurais foram abolidos na língua portuguesa”. Cita diversos títulos e passagens de músicas de sucesso (ou de músicas de cantores de sucesso) para sustentar sua teoria: “É nós fazer parapapá” (Michel Teló), “As mina pira (Gusttavo Lima), “Traz bebida pras gatona, deixa elas malucona” (Neguinho do Kaxeta) etc.

Agora, leia as análises propostas:

- I. O uso das aspas enfatiza a reprodução literal da fala de outrem.
- II. O uso das aspas expressa um distanciamento de quem traz o discurso de outrem para o interior de seu texto.
- III. O uso das aspas marca a introdução de uma instância enunciativa.

São proposições **adequadas** ao trecho:

- (A) I, II, III.
- (B) I, II, apenas.
- (C) I, III, apenas.
- (D) II, III, apenas.

Considere a charge a seguir para responder às questões 6 a 9.

Texto 2



Fonte: <http://www.gazetacentral.com.br/2013>

QUESTÃO 06

No processo de compreensão de textos, os leitores mobilizam um conjunto de conhecimentos. Para se interpretar a charge em análise, são necessários conhecimentos, **EXCETO** de

- (A) mundo.
- (B) Língua Portuguesa.
- (C) técnicas de desenho.
- (D) funcionamento dos textos.

QUESTÃO 07

Sobre o gênero charge, somente **NÃO** se pode afirmar que

- (A) é um texto caracterizado pela temporalidade.
- (B) utiliza a paródia como característica principal.
- (C) depende de conhecimentos prévios para sua compreensão.
- (D) em se tratando de linguagem, associa a linguagem verbal com a não verbal.

QUESTÃO 08

A leitura da charge permite-nos **afirmar** que

- I. há uma clara intergenericidade com o gênero previsão de tempo.
- II. a expressão “Tempo Quente” refere-se ao contexto social e político do País.
- III. a fala “Tá chovendo vinagre...” exige do leitor um conhecimento prévio sobre o ocorrido.

São proposições **adequadas** à análise da charge:

- (A) I, II, III.
- (B) I, II, apenas.
- (C) I, III, apenas.
- (D) II, III, apenas.

QUESTÃO 09

O pronome em negrito extraído do trecho “E não é na **minha** horta!” faz referência anafórica à caricatura da presidente Dilma. Observa-se o mesmo fenômeno em:

- (A) **Este** é o meu carro.
- (B) Não tive tempo de ler **aquele** livro.
- (C) Carlos disse à Stela: “Você é **meu** grande amor!”
- (D) “O dia mais feliz da **minha** vida foi quando eu conheci **meu** grande amor”, disse Clarisse.

Considere o texto a seguir para responder às questões 10 a 15.

Texto 3**Vamos ver se a gente se vê****Denise Fraga**

Repeti mais uma vez a frase ao despedir-me de minha amiga na calçada. Nos esbarramos na rua e ficamos ali mesmo, entre abraços e beijos, lembrando o quanto gostamos uma da outra. Mas não havia tempo nem para um café. Ela corria pro trabalho, e eu, pra uma reunião. “Vamos ver se a gente se vê?” Frase esquisita. A instabilidade da concretização do encontro aparece na própria construção gramatical.

É ridículo. Minha lista de amigos a encontrar só cresce na agenda. Sim, ainda uso agenda de papel, e é nela que meus compromissos de trabalho costumam ganhar dos de lazer. É natural que priorizemos o que precisamos ao que desejamos, mas inventamos uma vida tão louca que a velocidade dos dias aumentou descontroladamente o número de coisas que achamos que precisamos fazer. Tenho a sensação de que nossas escolhas estão sendo cada vez mais guiadas pela funcionalidade.

Já deve ter muita gente trocando festinhas de aniversário por aulas de pilates. Adoro uma mesa com amigos, mas sinto que os que mais consigo encontrar são aqueles com quem estou trabalhando no momento. Não tomamos cuidado, e o capital vai metendo sorratamente o bedelho até em nosso ciclo de amizades. É a força caudalosa dos dias.

Está todo mundo muito ocupado. Igualizar a agenda com um amigo para marcar um mero café já quase precisa de planilha. E aí nos é oferecido um pacote milagroso para encontrar amigos por atacado: o famigerado Facebook. Venci a resistência e abri uma conta. Fiquei três dias e fechei.

Não aguentei rever tanta gente com quem tenho vontade de sentar para tomar uma cerveja. Imagina terminar cada conversa de cinco linhas com um “vamos ver se a gente se vê?”. Não dou conta. Como vou ter 400

amigos se mal consigo encontrar minha melhor amiga, com quem passo horas conversando sem olhar uma vez sequer no visor do celular?

Melhor continuar lutando por brechas de uma hora no ciclone dos dias para sentar numa mesa em gargalhadas cúmplices, nas quais o tempo pode parecer infinito.

[<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/denisefraga/2013/08/1320147-vamos-ver-se-a-gente-se-ve.shtml>]

QUESTÃO 10

Para “costurar” uma frase a outra no texto, buscando dar-lhe coerência, os autores utilizam-se de recursos de coesão bastante variados, como acontece nos exemplos seguintes, extraídos do texto 3:

- I. “Repeti mais uma vez a frase ao despedir-me de minha amiga na calçada. Nos esbarramos na rua e ficamos ali mesmo, entre abraços e beijos, lembrando o quanto gostamos uma da outra”.
- II. “É natural que priorizemos o que precisamos ao que desejamos, mas inventamos uma vida tão louca que a velocidade dos dias aumentou descontroladamente o número de coisas que achamos que precisamos fazer”.
- III. “Equalizar a agenda com um amigo para marcar um mero café já quase precisa de planilha. E aí nos é oferecido um pacote milagroso para encontrar amigos por atacado: o famigerado Facebook”.

O recurso que **NÃO** se observa em nenhum dos exemplos apresentados é

- (A) a recorrência a conjunções.
- (B) a recorrência de termos sinônimos.
- (C) o uso de pronomes anafóricos.
- (D) o uso de concordância entre nomes, verbos e pronomes.

QUESTÃO 11

É possível, com apoio no texto 3, justificar todas as afirmações abaixo, **EXCETO**:

- (A) O texto é, predominantemente, descritivo, mas permeado de sequências injuntivas.
- (B) O texto revela aspectos da língua informal, já que a autora busca aproximar-se de seu leitor.
- (C) Ocorrem no texto exemplos de discurso direto, cujo efeito é o de reproduzir a fala dos enunciadores.
- (D) O autor utiliza a primeira pessoa do singular, marcando, explicitamente, seu posicionamento enunciativo.

QUESTÃO 12

A alteração de sinais de pontuação nos trechos abaixo, retirados do texto, **SOMENTE** está de acordo com o padrão culto da língua, além de não comprometer o sentido original do texto, em:

- (A) Venci a resistência, e abri uma conta.
- (B) Repeti, mais uma vez, a frase, ao despedir-me de minha amiga na calçada.
- (C) Sim ainda uso agenda de papel e, é, nela, que meus compromissos de trabalho costumam ganhar dos de lazer.
- (D) É ridículo, minha lista de amigos a encontrar só cresce na agenda.

QUESTÃO 13

Na passagem “Não tomamos cuidado, e o capital vai metendo sorratamente o bedelho até em nosso ciclo de amizades.”, a palavra “capital” está empregada com o sentido de “acúmulo de valores”. Noutros contextos frasais, porém, ela pode assumir acepções distintas - por exemplo, em “A saúde é nosso maior capital”, “As 25 maiores empresas de capital aberto do mundo”, “Atividades capitais para o desenvolvimento econômico” etc.

Exemplos dessa natureza são característicos de propriedade semântica da palavra denominada de:

- (A) Homonímia.
- (B) Ambiguidade.
- (C) Polissemia.
- (D) Conotação.

QUESTÃO 14

O significado do trecho “É natural que priorizemos o que precisamos ao que desejamos, **mas** inventamos uma vida tão louca que a velocidade dos dias aumentou descontroladamente o número de coisas que achamos que precisamos fazer.”, ficará comprometido caso a palavra em negrito seja substituída por:

- (A) Aliás.
- (B) No entanto.
- (C) Contudo.
- (D) Entretanto.

QUESTÃO 15

Segundo a autora, um dos grandes dilemas que envolvem a vida moderna refere-se ao seguinte fato:

- (A) As redes sociais têm prejudicado o encontro das pessoas.
- (B) A internet ampliou o tempo, tornando o número de atividades diárias maior.
- (C) A lista de amigos tem aumentado graças à internet.
- (D) A pressão do trabalho tem prejudicado as relações sociais.

PROVA DE CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 16

Analise as seguintes afirmativas sobre a estrutura de pastas e arquivos do Windows Vista, versão português:

- I – Para cada usuário cadastrado no computador, é criada uma pasta com o nome do usuário.
- II – A pasta do usuário pode conter uma pasta denominada “Documentos”, para que o usuário armazene cartas, relatórios e outros tipos de documentos.
- III – A pasta do usuário pode conter uma pasta denominada “Imagens”, para que o usuário possa armazenar imagens e outros arquivos gráficos.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

QUESTÃO 17

Acionando o botão “Excluir...” da guia “Geral” da janela “Opções da Internet” no Internet Explorer 8, versão português, é possível excluir os seguintes dados de navegação, **EXCETO**:

- (A) Histórico de sites visitados.
- (B) Cookies.
- (C) Senhas salvas.
- (D) Endereços de sites favoritos.

QUESTÃO 18

Considere a seguinte planilha do Microsoft Excel, versão português do Office 2007.

	A	B	C	D
1	10	20		
2	5	10		
3				
4				
5				

Analise as seguintes afirmativas sobre a planilha.

- I. O resultado da fórmula “=SOMA(A1:B2)” é 45.
- II. O resultado da fórmula “=MÉDIA(A1;B2)” é 10.
- III. O resultado da fórmula “=B2-A2” é 5.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

QUESTÃO 19

São opções disponíveis na guia “Inserir” da faixa de opções do Microsoft Word, versão português do Office 2007, **EXCETO**:

- (A)  Tabela.
- (B)  Clip-art.
- (C)  Pasta de Trabalho.
- (D)  Página em Branco.

QUESTÃO 20

Em relação aos modos de exibição disponíveis na guia “Exibição” da faixa de opções do Microsoft PowerPoint, versão português do Office 2007, correlacione as colunas a seguir:

	Ícone	Modo de Exibição
I.		() Normal
II.		() Classificação de Slides
III.		() Anotações
IV.		() Apresentação de Slides

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) II, I, IV, III.
 (B) II, IV, I, III.
 (C) III, IV, I, II.
 (D) III, I, IV, II.

PROVA CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 21**

Quanto ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, instituído pela Lei Federal n. 12.462/2011, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A comissão permanente ou especial de licitação, nos termos da lei, deverá ser composta, majoritariamente, por servidores públicos estáveis.
- (B) As licitações para obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS devem ser realizadas, preferencialmente, sob a forma eletrônica.
- (C) Em caso de empate de duas ou mais propostas, o primeiro critério de desempate é a avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes.
- (D) Nas licitações realizadas em conformidade com o RDC, a fase de habilitação deve ocorrer antes da fase de apresentação das propostas técnicas e financeiras.

QUESTÃO 22

Nos termos da Lei Municipal n. 7.169/96, são formas de provimento de cargo público:

- (A) acesso, reintegração, posse.
- (B) nomeação, posse, transferência.
- (C) nomeação, transferência, reintegração.
- (D) reversão, reintegração, aproveitamento.

QUESTÃO 23

Quanto à Responsabilidade Civil do Estado, nos termos da Constituição Federal e doutrina, é correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) O empregado de permissionário de serviço público responde subjetivamente pelos danos que, nessa qualidade, causar a terceiros, se agir com culpa ou dolo.
- (B) Pela teoria da culpa do serviço público ou culpa anônima do serviço público, nas omissões, o Estado responde subjetivamente, segundo a corrente a que Maria Sylvia Zanella Di Pietro se filia.
- (C) Caso um detento cause lesão corporal seguida de morte a outro detento, nas dependências de estabelecimento prisional, a responsabilidade civil do Estado será subjetiva em face da teoria do risco administrativo.
- (D) A empresa privada, concessionária de serviço público de transporte coletivo de passageiros, responde objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa condição, causarem a terceiros, sejam estes usuários ou não.

QUESTÃO 24

Quanto às disposições referentes à Administração Pública, nos termos da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, é correto afirmar, **EXCETO**:

- (A) São princípios expressos aplicáveis aos Poderes do Município os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.
- (B) A ação administrativa do Poder Executivo será organizada segundo os critérios de descentralização, regionalização e participação popular.
- (C) O Poder Público garantirá a participação da sociedade civil na elaboração do plano diretor, do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.
- (D) Depende de lei, em cada caso, a autorização para instituir e extinguir sociedade de economia mista e empresa pública e para alienar ações que garantam, nessas entidades, o controle pelo Município.

QUESTÃO 25

De acordo com os ensinamentos de Hugo de Brito Machado, no seu livro *Curso de Direito Tributário*, 33ª edição,

- I. Determinada situação de fato pode ser concomitantemente fato gerador de uma obrigação tributária acessória e uma obrigação tributária principal.
- II. Determinada situação de fato será fato gerador de uma obrigação tributária acessória ou de uma obrigação tributária principal. Logo, é juridicamente impossível determinada situação de fato realizar concomitante dois ou mais fatos geradores.
- III. A obrigação tributária acessória impõe ao contribuinte dever de pagar tributo

Está **CORRETO** o que se afirma apenas em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.

QUESTÃO 26

Todas as afirmativas estão corretas, **EXCETO**:

- (A) Liminar concedida em mandado de segurança não extingue o crédito tributário controvertido.
- (B) A prescrição tributária não extingue o crédito tributário, mas somente a possibilidade da sua cobrança.
- (C) Quando o contribuinte realiza o depósito judicial de quantia tributária controvertida, a exigibilidade do crédito tributário será suspensa.
- (D) Moratória é a dilação do prazo para pagamento à vista ou parcelado pelo contribuinte do crédito tributário.

QUESTÃO 27

NÃO haverá responsabilidade tributária:

- (A) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis, os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.
- (B) Do adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.
- (C) Do sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.
- (D) Do espólio, pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a finalização do inventário ou arrolamento judicial ou extrajudicial.

QUESTÃO 28

É **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento ou parcelamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
- (B) As convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- (C) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- (D) Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal, quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.

QUESTÃO 29

São requisitos intrínsecos de admissibilidade dos recursos, **EXCETO**:

- (A) Cabimento.
- (B) Legitimidade.
- (C) Interesse recursal.
- (D) Regularidade formal.

QUESTÃO 30

Comete atentado a parte que

- (A) viola penhora, arresto ou sequestro.
- (B) no curso de qualquer processo, nega-se à exibição de documento, ou provoca o desaparecimento dos autos, obrigando à sua reconstituição.
- (C) no curso do processo cautelar, impede a realização de diligências, perícias, nega-se à exibição de documento, ou, no curso de ação de nunciação de obra nova, procede à demolição da obra embargada.
- (D) no curso do processo de execução, indica bens à penhora que não lhe pertencem, para frustrar a praça ou leilão mediante a interposição de embargos de terceiro, ou impede a remoção e avaliação dos bens penhorados.

QUESTÃO 31

Sobre Litisconsórcio, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Pode ser passivo ou ativo, mas não admite a forma mista.
- (B) Toda forma de intervenções de terceiro gera um litisconsórcio.
- (C) No litisconsórcio unitário, a decisão de mérito tem que ser a mesma para todos os litisconsortes.
- (D) No litisconsórcio simples, a decisão de mérito tem que ser diferente para todos os litisconsortes.

QUESTÃO 32

NÃO dependem de prova os fatos

- (A) afirmados por uma parte e contestados pela parte contrária.
- (B) em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
- (C) admitidos, no processo, como controversos.
- (D) de presunção legal relativa.

QUESTÃO 33

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), introduzido pela Reforma do Judiciário (EC n. 45/2004), possui 15 membros. Sobre a composição do CNJ, todas as afirmativas estão corretas, **EXCETO**:

- (A) Tem na sua composição um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal.
- (B) Há no CNJ dois magistrados provenientes da Justiça do Trabalho, ambos indicados pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) Possui dois membros do Ministério Público, sendo um do Ministério Público da União e o outro do Ministério Público estadual, ambos indicados, diretamente, pelo Procurador-Geral da República.
- (D) Na sua composição, há dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e, ainda, dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

QUESTÃO 34

Em relação ao processo legislativo, todas as afirmativas estão corretas, **EXCETO**:

- (A) O Supremo Tribunal Federal se posicionou no sentido da inexistência de hierarquia entre lei complementar e lei ordinária.
- (B) O decreto legislativo, uma das espécies normativas previstas na Constituição Federal de 1988, é o instrumento normativo por meio do qual serão materializadas as competências privativas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (C) O processo legislativo de constituição das leis complementares e ordinárias possui, basicamente, três fases distintas: fase de iniciativa (deflagra-se o processo legislativo); fase constitutiva (em que ocorre a deliberação parlamentar, pela discussão e votação, bem como a deliberação executiva, manifestando-se o Chefe do Executivo pela sanção ou veto) e fase complementar (promulgação e publicação).
- (D) A lei delegada caracteriza-se como exceção ao princípio da indelegabilidade de atribuições, na medida em que a sua elaboração é antecedida de delegação de atribuição do Poder Legislativo ao Executivo, através da chamada delegação *externa corporis*.

QUESTÃO 35

Quanto à formação dos Estados-membros e Municípios, é **CORRETO** afirmar:

- (A) No desmembramento para formação, a parte desmembrada se transformará em um ou mais de um Estado novo, que não existia.
- (B) No desmembramento para anexação, a parte desmembrada vai anexar-se a um Estado que já existe, ampliando o seu território geográfico, portanto, não havendo criação de um novo Estado.
- (C) Na fusão ("incorporação entre si"), os entes federados originários perdem a sua personalidade primitiva, passando a existir um novo ente federado que não existia antes da fusão dos outros entes federados preexistentes.
- (D) A cisão ocorre quando um Estado que já existe subdivide-se, formando dois ou mais Estados-membros novos (que não existiam), com personalidades distintas; entretanto, há a possibilidade de o Estado originário que foi subdividido não desaparecer, sofrendo apenas uma redução territorial.

QUESTÃO 36

Sobre as funções essenciais à Justiça, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre membros da carreira da própria advocacia pública, como determinado constitucionalmente.
- (B) Segundo ditame constitucional, o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- (C) Conforme dicção constitucional, a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma da Constituição Federal de 1988.
- (D) O Ministério Público na Constituição de 1988 se coloca como uma instituição autônoma e independente dos demais Poderes e pode e deve ser entendido como o fiscal da lei e do ordenamento jurídico, bem como defensor do Estado e da sociedade, sendo princípios institucionais do Ministério Público: unidade, indivisibilidade e independência funcional.

QUESTÃO 37

A respeito da locação de imóveis urbanos, de acordo com Lei 8.245/1991 (Lei do Inquilinato), durante o prazo estipulado para a duração do contrato, **não** poderá o locador reaver o imóvel alugado, **todavia**, o locatário poderá devolvê-lo,

- (A) pagando a multa pactuada, proporcional ao período de cumprimento do contrato, ou, na sua falta, a que for judicialmente estipulada.
- (B) pagando integralmente a multa pactuada, ou, na sua falta, a que for judicialmente estipulada.
- (C) pagando a multa pactuada, ou, na sua falta, o valor correspondente a 12 (doze) meses de contrato.
- (D) ficando dispensado do pagamento da multa, se já houver decorrido 12 (doze) meses de contrato.

QUESTÃO 38

No que se refere ao tema capacidade, é **CORRETO** afirmar que, para os menores, a incapacidade cessará pela concessão dos pais,

- (A) ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, desde que judicialmente homologado, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- (B) ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- (C) ou de um deles na falta do outro, ou por solicitação do tutor, mediante requerimento judicial com sentença homologatória, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- (D) mediante instrumento público, ou, havendo apenas um deles ou sendo requerido pelo tutor, mediante sentença do juiz, se o menor tiver dezesseis anos completos.

QUESTÃO 39

Por instrumento particular, menor relativamente incapaz é constituído procurador e, tacitamente, aceita o mandato que lhe foi conferido. Considerada a menoridade, tal mandato é

- (A) nulo.
- (B) rescindível.
- (C) ineficaz.
- (D) válido.

QUESTÃO 40

Sobre Direito das Obrigações, em favor de quem empresta ao devedor o equivalente à dívida, solvida esta, fica estabelecida

- (A) a imputação ao pagamento.
- (B) a consignação em pagamento.
- (C) a sub-rogação.
- (D) a cessão de crédito.

QUESTÃO 41

Considerando o disposto sobre os instrumentos de política urbana no Estatuto da Cidade, Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, analise as seguintes afirmativas:

- I. Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de implantação de equipamentos urbanos e comunitários; preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural ou servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.
- II. Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- III. O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis. O direito de superfície abrange, desde que respeitadas a forma estabelecida no contrato respectivo e atendida a legislação urbanística, o direito de utilizar o solo ou o subsolo, sem incluir o espaço aéreo relativo ao terreno.
- IV. O direito de preempção confere ao Poder Público municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, desde que haja previsão no plano diretor das áreas sobre as quais incide esse direito.

Está **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

QUESTÃO 42

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 sobre a política de desenvolvimento urbano e expansão urbana e a função social da propriedade, analise as seguintes afirmativas:

- I. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, que é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana do município.
- II. Os imóveis públicos poderão ser adquiridos por desapropriação, desde que não cumpram a função social da propriedade. A desapropriação será realizada com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, cujo prazo de resgate será de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- III. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- IV. O título de domínio e a concessão de uso adquiridos por usucapião urbana serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil. Este direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

Está **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

QUESTÃO 43

Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, analise as seguintes afirmativas:

- I. A Municipalidade tem o dever e não a faculdade de regularizar o uso, no parcelamento e na ocupação do solo, para assegurar o respeito aos padrões urbanísticos e o bem-estar da população. Assim, é dever do município fiscalizar os loteamentos, desde a aprovação até a execução de obras, sendo o Município responsável pela inexecução das obras de infraestrutura a cargo do loteador.
- II. A aprovação de loteamento pela Administração Pública transfere automaticamente os bens destinados ao uso comum ou ao uso especial da municipalidade para o domínio público, independente de registro.
- III. A lei complementar que permite a criação de projetos urbanísticos “*de forma isolada e desvinculada*” do plano diretor viola diretamente a Constituição de 1988, a qual condiciona a concretização da política de desenvolvimento e de expansão urbana das cidades com mais de vinte mil habitantes a esse instrumento de política urbana.
- IV. As limitações ambientais ao direito de construir estabelecidas mediante licença da administração municipal não se aplicam a zonas urbanas.

Está **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

QUESTÃO 44

Sobre as operações urbanas consorciadas previstas no Estatuto da Cidade, analise as seguintes afirmativas:

- I. Os certificados de potencial adicional de construção são livremente negociados, mas conversíveis em direito de construir unicamente na zona urbana na qual estiver localizada a operação.
- II. As operações urbanas consorciadas devem ser estabelecidas por lei específica baseada no plano diretor.
- III. O plano de operação urbana consorciada deve, necessariamente, conter o programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação e o estudo prévio de impacto de vizinhança.
- IV. As operações urbanas consorciadas devem, necessariamente, prever a concessão de incentivos a operações urbanas que utilizam tecnologias visando à redução de impactos ambientais, e que comprovem a utilização, nas construções e uso de edificações urbanas, de tecnologias que reduzam os impactos ambientais e economizem recursos naturais, especificadas as modalidades de *design* e de obras a serem contempladas.

Está **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) III e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) II e III.

QUESTÃO 45

Analise as afirmativas abaixo sobre responsabilidade ambiental.

- I. A responsabilidade por dano ambiental é objetiva e pautada no risco integral. Por isso, pressupõe a existência de uma atividade que implique riscos para a saúde e para o meio ambiente, a qual impõe ao empreendedor a obrigação de prevenir tais riscos (princípio da prevenção) e de internalizá-los em seu processo produtivo (princípio do poluidor-pagador). Pressupõe, ainda, o dano ou risco de dano e o nexo de causalidade entre a atividade e o resultado, efetivo ou potencial, não cabendo invocar a aplicação de excludentes de responsabilidade.
- II. Na ação civil pública por dano causado ao meio ambiente, estando presente a responsabilidade solidária, é necessária a formação de litisconsórcio, sendo possível cumular os pedidos de obrigação de fazer (reflorestar a área degradada) e de pagamento de indenização pecuniária em razão do dano material causado.
- III. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas, administrativa, civil e penalmente, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
- IV. Os danos eventualmente causados pela limitação administrativa devem ser objeto de ação de direito pessoal, cujo prazo prescricional é de cinco anos, e não de direito real, que seria o caso da desapropriação indireta. Contudo, as restrições ao direito de propriedade impostas genericamente a todos os proprietários por normas ambientais que esvaziam o conteúdo econômico constituem desapropriação indireta e geram direito à indenização.

Está **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

QUESTÃO 46

Analise as afirmativas abaixo sobre a Política Nacional de Meio Ambiente.

- I. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade. Por isso, o estudo de impacto ambiental é pré-requisito para a concessão da licença ambiental.
- II. A construção, a instalação, a ampliação e o funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento ambiental.
- III. O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.
- IV. A servidão ambiental não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.

Está **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II, e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

QUESTÃO 47

Analise as afirmativas abaixo sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos.

- I. A extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo e o lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final, estão sujeitos à outorga de direito de uso de recursos hídricos.
- II. Independem de outorga pelo Poder Público o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio urbano; as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes; as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes.
- III. Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos poderá ser realizada por prazo não superior a trinta e cinco anos, o qual poderá ser renovado. A outorga não implica a alienação parcial das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de seu uso.
- IV. O município tem competência para fiscalizar a exploração de recursos hídricos. Portanto, pode coibir a perfuração e exploração de poços artesianos, no exercício legítimo de seu poder de polícia urbanístico, ambiental, sanitário e de consumo.

Está **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II, e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

QUESTÃO 48

Analise as afirmativas abaixo sobre competência e licenciamento ambiental.

- I. A formalização de qualquer das modalidades de unidade de conservação de proteção integral invalida as licenças ambientais anteriormente concedidas.
- II. Diante da omissão do órgão estadual de fiscalização, mesmo que outorgante da licença ambiental, o Ibama pode exercer seu poder de polícia administrativa, sobretudo se a atividade desenvolvida pode causar dano ambiental em bem da União.
- III. Os fiscais ambientais têm competência para aplicar penalidades administrativas. No entanto, se a conduta ensejadora do auto de infração configurar crime ou contravenção penal, somente o juízo criminal é competente para aplicar a respectiva sanção.
- IV. O município pode, desde que observadas as atribuições dos demais entes federativos, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos localizados em unidades de conservação instituídas pelo município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Está **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e III.
- (C) II, e IV.
- (D) II, III e IV.

QUESTÃO 49

Sobre o trabalho da empregada gestante, todas as afirmativas estão corretas, **EXCETO**:

- (A) O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.
- (B) É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.
- (C) A empregada gestante não terá direito à estabilidade provisória, na hipótese de ser admitida mediante contrato por tempo determinado.
- (D) É garantida à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e dos demais direitos, dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares.

QUESTÃO 50

Considerando o enunciado da Súmula 331 do TST, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública indireta.
- (B) A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário.
- (C) Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem, subsidiariamente, pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada, independentemente de suas condutas culposas.
- (D) A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referente ao período da prestação laboral e é reconhecida ainda que o tomador não tenha participado da relação processual.

QUESTÃO 51

Sobre o Direito do Trabalho previsto na Constituição Federal, todas as afirmativas estão corretas, **EXCETO**:

- (A) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- (B) Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- (C) É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade, em creches e pré-escolas.
- (D) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, exceto na condição de suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

QUESTÃO 52

A Constituição Federal prevê a estabilidade dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público após três anos de efetivo exercício. Considerando o entendimento do TST sobre o Emprego Público, examine as assertivas abaixo e assinale a **INCORRETA**.

- (A) Ao empregado de sociedade de economia mista admitido mediante aprovação em concurso público é garantida a estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.
- (B) O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.
- (C) Ao empregado de empresa pública, ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, não é garantida a estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.
- (D) A despedida de empregados de empresa pública e de sociedade de economia mista, mesmo admitidos por concurso público, independe de ato motivado para sua validade.

QUESTÃO 53

NÃO são matéria de competência da Justiça do Trabalho:

- (A) As ações sobre representação sindical.
- (B) As ações que envolvam exercício do direito de greve.
- (C) As ações de cobrança ajuizadas por profissional liberal contra cliente.
- (D) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

QUESTÃO 54

Sobre os recursos no processo do trabalho, é **CORRETO** afirmar:

- (A) No Tribunal Superior do Trabalho, cabem embargos, no prazo de 8 (oito) dias, de decisão não unânime de julgamento proferida pela Seção de Dissídios Individuais.
- (B) No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá ao mesmo valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- (C) Cabe Recurso de Revista, no prazo de 8 (oito) dias, para Turma do Tribunal Superior do Trabalho, das decisões proferidas em grau de agravo de instrumento pelos Tribunais Regionais do Trabalho.
- (D) Cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

QUESTÃO 55

Leia as assertivas abaixo assinale a **INCORRETA**.

- (A) No processo do trabalho, aplica-se a regra contida no art. 191 do CPC, que prevê prazo em dobro para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos, quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores.
- (B) No caso de conciliação na Justiça do Trabalho, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível, salvo para a Previdência Social quanto às contribuições que lhe forem devidas, e só por ação rescisória é impugnável.
- (C) Na Justiça do Trabalho, o deferimento de honorários advocatícios sujeita-se à constatação da ocorrência concomitante de dois requisitos: o benefício da justiça gratuita e a assistência por sindicato.
- (D) É inadmissível, em instância recursal, o oferecimento tardio de procuração, ainda que mediante protesto por posterior juntada, já que a interposição de recurso não pode ser reputada ato urgente.

QUESTÃO 56

Na execução trabalhista, considerando o disposto na CLT, assinale a assertiva **INCORRETA**.

- (A) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou *ex officio* pelo próprio Juiz ou Presidente ou Tribunal competente.
- (B) Requerida a execução, caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento.
- (C) Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.
- (D) As partes deverão ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, inclusive da contribuição previdenciária incidente.

QUESTÃO 57

No que se refere ao inquérito policial, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A instauração de inquérito policial é prescindível apenas nos casos de crime de ação penal privada.
- (B) Na ação penal pública incondicionada, o prazo para a conclusão do inquérito policial somente poderá ser prorrogado uma única vez, mediante despacho fundamentado da autoridade policial.
- (C) Depois da instauração do inquérito policial, a autoridade policial poderá arquivá-lo de ofício, desde que as investigações concluam pela inexistência de crime.
- (D) No crime em que a ação penal é de natureza privada, o inquérito policial somente poderá ser instaurado pela autoridade policial, após a expressa manifestação de vontade e autorização da vítima ou de seu representante legal.

QUESTÃO 58

Em relação à ação penal, todas as afirmativas estão corretas, **EXCETO**:

- (A) Na ação penal de natureza privada, a representação realizada formalmente pelo ofendido perante a autoridade policial interrompe o prazo decadencial para o oferecimento da queixa-crime.
- (B) Na ação penal pública, nos casos de comprovada inércia do representante do Ministério Público, o ofendido poderá oferecer ação penal privada subsidiária da pública.
- (C) Na ação pública condicionada à representação do ofendido, o titular da ação é o representante do Ministério Público.
- (D) Na ação pública incondicionada, não há prazo decadencial para oferecimento da denúncia pelo representante do Ministério Público.

QUESTÃO 59

Concernente ao crime de peculato – *caput* do art. 312 do CP, é **CORRETO** afirmar que

- (A) o crime denominado doutrinariamente de peculato-desvio inadmite a forma tentada.
- (B) a expressão “funcionário público” é circunstância elementar da figura típica do crime de peculato.
- (C) o intérprete, para os efeitos da lei penal, deve buscar o conceito e o significado da expressão “funcionário público” no direito administrativo.
- (D) o crime de peculato na modalidade apropriação somente se aperfeiçoa nos casos em que o dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel apropriado seja de natureza pública.

QUESTÃO 60

Em relação aos crimes definidos na Lei 8.666/93, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Os tipos penais previstos na Lei 8.666/93 somente podem ser praticados por funcionário público.
- (B) A expressão “injustamente” contida na definição legal do crime de “Obstar, impedir ou dificultar a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais [...]”, integra os elementos subjetivos do referido tipo penal.
- (C) É classificado de norma penal em branco o tipo penal que define a conduta de “Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade”.
- (D) Considerando a natureza pública da ação penal dos crimes previstos na Lei 8.666/93, não será admitida ação penal privada subsidiária da pública, se esta não for ajuizada no prazo legal pelo representante do Ministério Público.

PROVA DISCURSIVA**QUESTÃO 61**

Elabore um **texto dissertativo** sobre Consórcios públicos, abordando, necessariamente e nesta ordem:

- a) a natureza jurídica;
- b) o contrato de rateio;
- c) o contrato de programa;
- d) as condições para alteração ou extinção.

- Faça abaixo o rascunho do seu texto e, depois, transcreva-o para a folha própria, **à caneta**, com letra legível.
- Não use corretivo. Se necessário, coloque entre parênteses e passe um traço sobre o que não deve ser considerado.
- Seu texto deverá ter de 15 a 20 linhas.

RASCUNHO DA RESPOSTA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20

QUESTÃO 62

Leia e analise o caso narrado a seguir.

J.P.R., brasileiro, solteiro, viveu em união estável com M.L.S por 25 anos até quando, em maio deste ano, veio a óbito por causas naturais. Quando passou a conviver com M.L.S., J.P.R. já era possuidor de um lote de terreno na cidade de Unaí, hoje avaliado em R\$ 300.000,00, e pai de J.L.R. (hoje com 30 anos de idade), fruto de um namoro da juventude. Durante o período de convivência, o casal, que não elaborou contrato escrito, adquiriu onerosamente três imóveis, inclusive o que servia de domicílio comum, além de dois veículos e uma aplicação financeira que, tudo somado, alcança o valor de R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais).

A viúva abriu o inventário do companheiro, indicando os bens ora relacionados e a existência da filha do falecido.

A única descendente de J.P.R. interveio nos autos, invocando o princípio constitucional da igualdade e pedindo que, para efeito da partilha dos bens deixados por seu pai, fosse dado à viúva o mesmo tratamento dispensado pela lei sucessória brasileira ao cônjuge.

Aponte a(s) diferença(s) do tratamento legal dispensado ao cônjuge e ao companheiro em matéria sucessória e, tendo como base o caso concreto narrado e, nele, o regime de bens entre os companheiros, utilize a medida percentual (%) para **indicar** quanto e em quais bens da herança terá direito a companheira viúva, e quanto e em quais bens da herança terá direito a única descendente do *de cujus*, em caso de não provimento da pretensão ajuizada por esta.

- Faça abaixo o rascunho do seu texto e, depois, transcreva-o para a folha própria, **à caneta**, com letra legível.
- Não use corretivo. Se necessário, coloque entre parênteses e passe um traço sobre o que não deve ser considerado.
- Seu texto deverá ter de 15 a 30 linhas.

RASCUNHO DA RESPOSTA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13

14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

CONCURSO PÚBLICO

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL EDITAL 01/2013

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	

13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	

37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	

49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	



Av. Francisco Sales, 540 - Floresta - 30150-220 - Belo Horizonte/MG
(31) 3249-7400 - www.fumarc.org.br / fumarcoconcursos@pucminas.br

Impressão: FUMARC GRÁFICA - (31) 3249-7400